



# MUNICÍPIO DE LARANJAL

CNPJ: 95.684.536/0001-80

Fone: 42 3645 1149 - email: [pm@laranjal@gmail.com](mailto:pm@laranjal@gmail.com)

Rua Pernambuco nº 501, Centro CEP 85275-000 Laranjal Paraná



## PARECER JURÍDICO

**ASSUNTO:** Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**INTERESSADOS:** COMISSÃO DE LICITAÇÃO; PREFEITO MUNICIPAL, GESTOR MUNICIPAL DE CONTRATOS EMPRESA FORNECEDORA AUTO POSTO LARANJAL-EPP.

**EMENTA:** Direito administrativo. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Possibilidade. Aplicação da Lei n. 8.666/93.

### 1. RELATÓRIO

Cuida o presente parecer de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços SRP 013/2019, referentes à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, GASOLINA.

Para recompor o equilíbrio econômico-financeiro, a empresa requerente informa que houve o acréscimo imprevisível nos custos dos produtos, Gasolina comum.

Com o requerimento, o solicitante justifica a necessidade de aumento, juntando notícias sobre a alta do preço dos combustíveis e notas fiscais de compra que o requerente faz da distribuidora, sobre os quais o Gestor Municipal de Contratos, juntou despacho favorável.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO

Assim, para que se viabilize eventual modificação, objetivando a elevação de valor, lastreada no reequilíbrio econômico-financeiro, é necessária a verificação da situação fática e a demonstração do atendimento aos requisitos fixados no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93, *in verbis*:

**Art. 65.** Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]



# MUNICÍPIO DE LARANJAL

CNPJ: 95.684.536/0001-80

Fone: 42 3645 1149 - email: [pmlaranjal@gmail.com](mailto:pmlaranjal@gmail.com)

Rua Pernambuco nº 501, Centro CEP 85275-000 Laranjal Paraná




d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a **manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato**, na hipótese de sobrevirem fatos **imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis**, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Grifou-se)

Ademais, a própria Constituição Federal traz, em seu art. 37, inciso XXI, que as cláusulas que estabelecem obrigações de pagamento devem ser cumpridas desde que mantidas as condições efetivas da proposta, como se verifica:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.(Grifou-se)

O contrato Administrativo nº015/2016 na clausula nona, prevê a possibilidade do aditivo. "**CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE REAJUSTE** Ocorrendo reajustes nos preços dos combustíveis, objeto desta licitação, deverá a **CONTRATADA** comprovar o referido **acrécimo por escrito à CONTRATANTE com documentos comprobatórios.** "

Logo, havendo o desequilíbrio, devidamente comprovado, há previsão legal para a recomposição da equação econômico-financeira, de modo a evitar a impossibilidade ou inviabilidade econômica para da execução do contido na ata de registro de preços.

Ademais, para que seja possível a aplicação da recomposição da equação econômico-financeira, necessário que o fato gerador do desequilíbrio econômico-financeiro seja imprevisível, ou de consequências incalculáveis. 



# MUNICÍPIO DE LARANJAL

CNPJ: 95.684.536/0001-80

Fone: 42 3645 1149 - email: [pmlaranjal@gmail.com](mailto:pmlaranjal@gmail.com)

Rua Pernambuco nº 501, Centro CEP 85275-000 Laranjal Paraná



Marçal Justen Filho<sup>1</sup> explica que a própria inflação pode autorizar a aplicação da teoria da imprevisão se os índices inflacionários não puderem ser estimados de antemão:

No Brasil, o art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, ampliou a abrangência da teoria da imprevisão para nela fazer incluir os fatos de consequências incalculáveis, o que compreende em especial a desvalorização monetária produzida pela inflação. A inflação pode ser um fato previsível, mas autorizará a incidência da teoria da imprevisão quando os índices inflacionários não puderem ser estimados de antemão e apresentarem variação que ultrapassa os limites das previsões generalizadas. (Grifou-se\_

Ainda sobre a imprevisibilidade, Marçal Justen Filho<sup>2</sup> traz que não existe previsibilidade se não há possibilidade de prever, "com grande margem de acerto" a concretização do fato, como se verifica:

*A previsibilidade não se configura quando o conhecimento científico não for capaz de assegurar, com grande margem de acerto, a concretização do fato. Se existir disputa entre especialistas acerca da futura ocorrência do evento, não se caracterizará a previsibilidade. A ocorrência será aleatória e o acerto na previsão dependerá das circunstâncias. (Grifou-se)*

O presente caso se refere ao contrato Administrativo nº036/2017 às, firmado em 07 de abril de 2017, respectivamente, sendo que é plausível a afirmação de que, na época, não era possível prever, com grande margem de acerto, quando e em que percentagem poderia ocorrer aumento ou diminuição do preço do combustível.

Juntou-se notícias informando o aumento do combustível, e a tabela preços médios praticados ao consumidor, aferido pelo sistema de Registro de Preços da ANP (Agência Nacional de Petróleo), do Município mais próximo de Laranjal onde é feito o preço médio.

Dessa forma, inegável que houve aumento do valor do combustível, tanto que foi objeto de notícias em todo o País, e que o atual quadro político e econômico tem levado a aumentos imprevisíveis.

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15. Ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 894

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15. Ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 893





# MUNICÍPIO DE LARANJAL

CNPJ: 95.684.536/0001-80

Fone: 42 3645 1149 - email: [pmmlaranjal@gmail.com](mailto:pmmlaranjal@gmail.com)

Rua Pernambuco nº 501, Centro CEP 85275-000 Laranjal Paraná



Eros Grau e Paula Forgioni<sup>3</sup> concluem que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro é de interesse público, como se verifica:

Seria despropositado forçar-se o concessionário ao cumprimento de uma prestação em condições absolutamente diversas das contratadas, de forma a onerá-lo excessivamente ou mesmo leva-lo à ruína. A obrigação de respeitar a palavra empenhada acabaria sendo prejudicial aos interesses dos usuários do serviço público; os licitantes em procedimento licitatório visando à concessão do serviço, quando da apresentação de suas propostas, seriam compelidos a tentar prever todas as agruras inesperadas a futuras e, por isso mesmo, elevariam os valores propostos para a prestação do serviço. Ademais, nem sempre a previsão concretizar-se-ia, de forma que o setor público seria obrigado a arcar com a álea econômica correspondente a fatos que poderiam não ocorrer.

Enfim, não por razões de equidade, mas por imposições do interesse público, faz-se necessária a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração, considerada a relação aceita pelas partes no momento da contratação (= permanência da correspondência entre as prestações no tempo). (Grifou-se)

No mesmo sentido, Marçal Justen Filho<sup>4</sup>:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar à própria Administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegurara-se ao particular que, se vier a ocorrer o infortúnio, o acréscimo de encargos será arcado pela Administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a Administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. Trata-se, então, de reduzir os custos de transação atinentes à contratação com a Administração Pública. (Grifou-se)

<sup>3</sup> GRAU, Eros Roberto. FORGIONI, Paula. O Estado, a Empresa e o Contrato. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 98.

<sup>4</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15. Ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 889



# MUNICÍPIO DE LARANJAL

CNPJ: 95.684.536/0001-80

Fone: 42 3645 1149 - email: [pmlaranjal@gmail.com](mailto:pmlaranjal@gmail.com)

Rua Pernambuco nº 501, Centro CEP 85275-000 Laranjal Paraná



Sobre o equilíbrio econômico-financeiro, cita-se a seguinte decisão do TCU:

Observe o disposto na Lei 8.666/1993, evitando o aditamento de contratos com base em evento não previsto na referida Lei (art. 65), lembrando que as alterações contratuais podem ocorrer, dentro outros motivos, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, e que qualquer superveniência de fatos, tributários e/ou legais, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderá implicar na revisão dos contratos, para mais ou para menos, consoante inciso II, alínea "d", c/c §5º, do art. 65 da mencionada Lei. (Grifou-se)

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, decidiu, por meio do Acórdão n. 64/06, do Tribunal Pleno, pela possibilidade de aditivos a contratos de fornecimento de combustível para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

O Acórdão n. 1426/2010, do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, também é no sentido da possibilidade de celebração de aditivos a contratos de fornecimento de combustível para recomposição da equação econômico-financeira inicial, desde que exista **desequilíbrio devidamente comprovado**.

*EMENTA. CONSULTA. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO E COMPROVAÇÃO DO DESEQUILÍBRIO CAUSADO POR CIRCUNSTÂNCIAS SUPERVENIENTES EM E IMPREVISÍVEIS. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 65, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E ARTIGO 112 DA LEI ESTADUAL Nº 15.608/07.*

[...]

Assim, acompanhando as instruções da 2ª Inspeção de Controle Externo e da Diretoria de Contas Estaduais, bem como o parecer do Ministério Público junto a esta Corte, **VOTO** pela resposta da presente Consulta, em tese, no sentido de que é possível a celebração de aditivos contratuais para a recomposição da equação econômico-financeira original do contrato, **desde que devidamente demonstrado e comprovado o seu descompasso**. (06/05/2010 - Protocolo nº478600/09 - Acórdão nº1426/10 – Pleno) (Grifou-se)

Ainda, entendeu o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 742/2011, 2ª C., de Relatoria do Ministro André Luís de Carvalho, que:





# MUNICÍPIO DE LARANJAL

CNPJ: 95.684.536/0001-80

Fone: 42 3645 1149 - email: [pm\\_laranjal@gmail.com](mailto:pm_laranjal@gmail.com)

Rua Pernambuco nº 501, Centro CEP 85275-000 Laranjal Paraná



A justificativa para a majoração dos preços iniciais do contrato também se mostrou bastante razoável: em meio ao interregno transcorrido desde a homologação da licitação e a requisição do combustível pelo Incra, o Governo autorizou um aumento no preço dos combustíveis que atingiu toda a rede de distribuição nacional, caracterizando a álea econômica extracontratual, fato que não poderia ser desprezado em face do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido em contrato, mesmo porque, no saco contrário, poderia resultar em excessivo ônus à empresa contratada e enriquecimento ilícito indevida da Administração Pública. (grifou-se).

Assim, entendendo a administração, a existência de aumento imprevisível do combustível (gasolina comum), gerando desequilíbrio econômico-financeiro, é possível a recomposição da equação econômico-financeira dos preços Registrados na Ata, de modo a evitar a impossibilidade ou inviabilidade econômica da entrega dos produtos.

Lembrando que, cabe ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Considerando despacho do Gestor de contratos, deferindo o pedido.

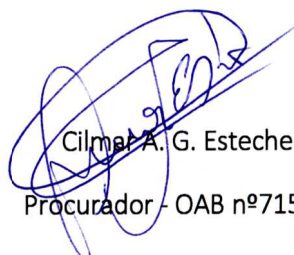
### 3. CONCLUSÃO

Assim, observado o cumprimento dos requisitos legais, opino pela possibilidade de realização de aditivo pelo aspecto legal, para o fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos valores, de acordo com; art. 65, inciso II, “d” da Lei 8.666/93 Artigos 19 do Decreto Federal 7.892/2013 e 16 do Decreto Estadual 2.734/2015, e demais dispositivos legais.

É o parecer.

Submeto as presentes considerações a superior apreciação.

Laranjal, 15 de maio de 2019.

  
Cilmar A. G. Esteche  
Procurador - OAB nº71571